

SINDICATOS

AYRTON GOMES

CIS-CTOS: Governo pode pedir extinção

A Presidência da República já está em condições para enviar ao Congresso Nacional mensagem propondo a extinção do Fundo Social Sindical, acabando com a Comissão de Impôsto Sindical e a Comissão Técnica de Orientação Sindical (CIS e CTOS), dois órgãos públicos que em tempo algum cumpriram as finalidades para as quais haviam sido criados, permanecendo no noticiário quase diário dos jornais, através dos grandes escândalos ali praticados.

O anteprojeto encaminhado pelo ministro interino do Trabalho, sr. Moacir Veloso de Oliveira, ao presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, propõe a extinção dos órgãos do Fundo Sindical, criando novos setores subordinados ao Ministério do Trabalho e Previdência Social:

- 1** — Serviço Nacional de Especialização da Mão-de-Obra e
- 2** — Divisão Nacional de Higiene e o Segurança do Trabalho.

Esses dois novos departamentos do Ministério do Trabalho e Previdência Social, absorverão todo o funcionalismo da CIS e CTOS, que em sua grande maioria não têm função específica, além da agravante de terem sido nomeados em atendimento aos critérios político-partidários e sem qualquer seleção.

SEMELHANÇA

Aliás, o anteprojeto do Grupo de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, entregue ao Presidente da República, é bastante semelhante ao anteprojeto do Código de Trabalho elaborado pelo jurista Evaristo de Moraes Filho, no que diz respeito ao problema do impôsto sindical.

Apenas, o sr. Evaristo de Moraes Filho prevê a extinção gradativa do impôsto sindical, num período de dois anos, obedecendo a expedientes que forcem a sindicalização em massa dos trabalhadores, nas entidades representativas da categoria profissional. O projeto Evaristo é muito mais atualizado e mesmo mais realista do que o que foi enviado ao Presidente da República, pelo Ministério do Trabalho. Prevê ainda o anteprojeto do Código do Trabalho — o do jurista Evaristo de Moraes Filho — que, no período de dois anos para a extinção progressiva do impôsto sindical, não existirá o facto surpresa e os sindicatos, federações e confederações poderão adaptar-se gradativamente à nova vida financeira.

CONTRÁRIO

O anteprojeto da extinção da CIS e CTOS, já em mãos do Presidente da República, acaba com o Fundo Social Sindical, mas não toca, nem de leve, na extinção do impôsto sindical, nem num período de dois ou dez anos. Mantém o anteprojeto do Ministério do Trabalho os velhos vínculos entre o peleguismo profissional, seja

êle amarelo ou vermelho — com o paternalismo governamental, para continuar ceivando aquêles que se beneficiam indevidamente do dinheiro do trabalhador, em benefício próprio.

DECISÃO

Espera-se que a decisão do Presidente da República, sobre o problema da extinção do Fundo Social Sindical, ultrapasse ao que está proposto no anteprojeto do Ministério do Trabalho, encaixando na mensagem presidencial que irá ao Congresso Nacional a extinção, também, do impôsto sindical dentro do esquema progressivo encontrado no Código do Trabalho do professor Evaristo de Moraes Filho.

Sendo outra a decisão do Presidente da República, encaminhando ao Congresso Nacional o anteprojeto como lhe foi apresentado, estará o Governo que se instalou através do movimento revolucionário de 1.º de abril estimulando e incentivando o peleguismo trabalhador e patronal no País, por duas razões:

1.ª — os profissionais do peleguismo que contam com o dinheiro certo do Impôsto Sindical, criam os maiores obstáculos para a sindicalização em massa dos trabalhadores, a fim de que não sejam aliçados das direções sindicais.

2.ª — sem a sindicalização em massa, não se conseguirá renovação de liderança, seja ela no setor dos trabalhadores ou dos empregadores, continuando o movimento sindical brasileiro vítima dos mesmos vícios que o desvirtua.

OUTRAS

★ Os aposentados, pensionistas e funcionalismo dos órgãos de Previdência Social continuam ameaçados de não receber seus vencimentos e proventos, nem pelos níveis antigos ou pelos níveis atualizados, em face da decisão do Ministério da Fazenda de não liberar as dotações orçamentárias dos IAPs. ★ O ministro interino do Trabalho, que ontem não conseguiu qualquer contato com o ministro da Fazenda, tentará, hoje, conseguir a liberação não só dos Cr\$ 8 bilhões, como dos demais Cr\$ 28 bilhões reiterados em vários ofícios do Departamento Nacional de Previdência Social. ★ Relevação do presidente Castelo Branco, em entrevista a jornal de Madri sôbre sindicalismo brasileiro: "Os organismos sindicais foram empregados como instrumento da subversão, já que era patente a falta de sintonia entre os sindicatos e os operários. Queremos, agora, tornar os sindicatos entidades defensoras dos operários e do trabalho nacional e integrar autênticamente o operário no sindicalismo". ★ A tese do presidente Castelo Branco está certa, mas não é isto que vem sendo executado em matéria de política sindical, pelo Govêrno. E explico por que: autenticidade sindical não será alcançada em nosso País, se não houver o expurgo total do peleguismo profissional, de direita, uma vez que o de esquerda está inteiramente alijado. ★ Outra prova de que o Govêrno está pensando certo, mas agindo errado, é o fato de se ter entregue, logo no primeiro teste, a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, a mais representativa cúpula sindical, a um grupo de pelegos de direita, alguns janguistas e outros crias do Estado Nôvo do sr. Getúlio Vargas. ★ Outro fator da inautenticidade sindical: a manutenção do imposto sindical, se não fôr extinto com o Fundo Social Sindical, continuará a manter os profissionais do peleguismo, identificados como os "proxenetas do sindicalismo", não faz muito tempo, pelo general Pery Bevilacqua.